

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOÃO BERNARDES DA SILVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTABILIDADE
NAS ENTIDADES RELIGIOSAS

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal
2009

JOÃO BERNARDES DA SILVA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTABILIDADE
NAS ENTIDADES RELIGIOSAS**

Artigo apresentado a Fundação
Universidade Federal de Rondônia,
Campus de Cacoal, como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ms. Estela Pitwak Rossoni

Cacoal
2009

PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTABILIDADE NAS ENTIDADES RELIGIOSAS

Por

JOÃO BERNARDES DA SILVA

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:

Presidente

Profa. Estela Pitwak Rossoni, Ms. – Orientadora, UNIR.

1º Membro

Prof. Dra. Eleonice de Fátima Dal magro

2º Membro

Prof. Esp. Cleberson Ellen Loose

**Cacoal
2009**

A Deus, pelo seu imensurável amor.
Aos meus pais, por terem me criado com
dignidade.
À amada esposa, pelo carinho, apoio e
por compartilhar dos meus sonhos.
Aos meus filhos, minha razão e alegria.
Aos amigos pela força empenhada em
prol deste meu objetivo
À professora Ms. Estela Pitwak Rossoni,
pela orientação e apoio neste trabalho.

Qual é o rei que, indo à guerra a pelejar contra outro rei, não assenta primeiro a tomar conselho sobre se com dez mil pode sair ao encontro do que vem contra ele com vinte mil?

Lucas 14: 31

PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTABILIDADE NAS ENTIDADES RELIGIOSAS

João Bernardes da Silva¹

Resumo: Apesar de ser um assunto pouco difundido, as entidades religiosas são obrigadas a prestar contas tanto aos diversos órgãos do governo como aos seus próprios mantenedores – os fiéis. Face às obrigações contábeis e diante da necessidade natural de prestar contas, este artigo tem por objetivo mostrar quais prestações de contas que as entidades religiosas devem realizar, e a quais órgãos cabe a obrigação de fiscalizá-las. A partir de pesquisa bibliográfica exploratória de abordagem dedutiva, busca-se tratar o tema de forma clara para as pessoas interessadas em saber sobre o tema proposto. Desta forma além de evidenciar com clareza sobre a necessidade, a exigência e a importância da contabilidade nas entidades religiosas em prol da confiança e respaldo dos seus administradores, evidenciou-se que as organizações religiosas não são instituições à margem da fiscalização, as entidades religiosas são livres quanto a seus fins, mas devem observar obrigações e princípios contábeis. Podendo seus administradores responder com seus próprios bens caso cometam desvios de finalidade na gestão eclesial.

Palavras-Chave: Contabilidade. Entidades Religiosas. Obrigações Contábeis. Prestação de Contas.

INTRODUÇÃO

Há uma preocupação geral com as receitas das entidades religiosas², que consiste em buscar saber se essas entidades são obrigadas a prestar contas ao governo e usuários, e se elas são obrigadas a fazer a contabilidade com a apresentação de demonstração de resultado de exercícios, fluxo de caixa, demonstração de balanços e outros.

Como as organizações religiosas desempenham função de interesse público, espera-se que elas cultivem a transparência quanto aos recursos alocados e não seja um meio para interesse inescrupuloso, usando-se dos benefícios fiscais para enriquecerem ilicitamente.

¹Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus de Cacoal*, sob a orientação da Professora Mestre Estela Pitwak Rossoni.

² Ao longo do artigo consta ora a expressão Entidade Religiosa ora Organização Religiosa, mas sempre com o mesmo sentido.

Se existem obrigações, para tais entidades, aqui se questionou quais os meios a serem usados para obrigar as entidades religiosas a prestarem essas informações.

Diante dessas indagações, a primeira parte deste artigo apresenta as principais práticas contábeis e tem o objetivo de informar quais obrigações existem e devem ser atendidas pelas entidades religiosas quanto à prestação de contas. A segunda parte reserva-se para apresentar quem tem o poder-dever de fiscalizá-las, acompanhá-las, quais os meios possíveis para exigir que elas obedeçam as leis e normas estabelecidas no país descrevendo cada processo.

Com a realização do presente trabalho se propôs o desafio de tratar o tema buscando elaborar material para servir de orientação rápida a quem tem a curiosidade e interesse em tomar conhecimento sobre as obrigações contábeis das organizações religiosas: seja para tomar decisão embasada nessas informações ou para simplesmente tomar conhecimento já que as Organizações Religiosas são de interesse público.

Em face da grande evolução das igrejas evangélicas e interesse nelas pelo elevado número de pessoas como mostrado no senso do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, e para que diante de tal contexto os interessados não sejam enganados, este artigo lista e descreve as principais obrigações contábeis, forma de como obrigá-las a prestar contas e quem são os órgãos principais responsáveis em fiscalizá-las.

Espera-se, com esse trabalho, de natureza bibliográfica, caráter exploratório e abordagem dedutiva, (parte-se de uma pesquisa geral no terceiro setor afinando o foco para o que é relacionado às organizações religiosas), contribuir no sentido de esclarecer quem tem dúvidas sobre a prestação de contas nas organizações religiosas ou quem tem interesse em saber a respeito das obrigações a elas impostas pelas legislações.

A idéia de tratar sobre o tema nasceu da necessidade de transparência que tem as entidades religiosas, em especial as evangélicas, já que elas desempenham função que interessa a coletividade de forma crescente. A essa necessidade inclui-se o interesse das pessoas em informarem-se a respeito da existência ou não de obrigações de prestar contas, e de seus direitos a respeito dessas informações, além de saber onde e como encontrá-las para tomar decisões de seguir ou não uma religião, e de defender quem tem os citados interesses. Devido ao grande número de religiões que vem surgindo no Brasil e a expansão delas tanto nos templos como na televisão, considerando-se o elevado patrimônio que elas vêm movimentando, grande número de fiéis tem se convertido. Com isso, surgem também os questionamentos sobre as receitas e despesas que essas religiões têm adquirido, se estão sendo bem empregados nas suas movimentações, se os seus

líderes estão aplicando-os dentro dos limites de suas finalidades e no que vem anunciando aos seus fiéis, os quais acreditam como propósito. Acredita-se que muitos desses novos fiéis têm a curiosidade de saber se os recursos não estão sendo desviados para outros fins, seja de interesse pessoal ou quaisquer outros que não sejam os desejados.

1 TERCEIRO SETOR

Na relação, Estado, sociedade e economia existem três setores distintos, que são separados como 1º 2º e 3º setores. No 1º está o Estado com as funções política, administrativa, econômica e financeira. No 2º estão as empresas privadas que buscam os lucros para seus investidores. E no 3º setor, está um conjunto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, com práticas de caridade, filantropia e mecenato que visam garantir o direito de cidadania da sociedade. E é sobre estas últimas que trata a pesquisa desse trabalho (ARAÚJO, 2006, p. 01).

Esta é uma breve conceituação do que é o terceiro setor em que as organizações religiosas estão inseridas e, como se pode observar, são necessidades cívicas que a população tem direito, mas o Estado não tem condições de atender, seja por ainda não ter alcançado com sua organização ou por até mesmo uma proibição, que no caso da religião a constituição veda a participação do Estado. Então as pessoas ou empresas se organizam constituindo pessoas jurídicas das mais diversas formas para preencher essas lacunas com atividades sem fins lucrativos.

1.1 Definição de Organização Religiosa

Organizações Religiosas são pessoas jurídicas de direito privado de livre criação, organização, estrutura interna e funcionamento, com inscrição de ato constitutivo no respectivo registro que declararão a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração o nome e a individualização dos instituidores e diretores, o modo que se administra, o registro, se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, se os membros

respondem ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais, as condições de extinção e o destino dos bens, caso ela venha a se extinguir (BRASIL, 2005).

Algumas organizações por força de lei, nº 9.790/99, não podem ser classificadas como OSCIP mesmo que se dediquem a ações sociais, entre elas as religiões (PEYON, 2004, p.13).

1.2 Aspectos Legais das Fundações

A Organização Religiosa é uma fundação sem o intuito de lucro, que adquire personalidade jurídica pelo seu instituidor que pode ser apenas um indivíduo que destine um patrimônio para fins religiosos (ARAÚJO, 2006, p. 57).

Apenas uma pessoa pode fundar uma religião desde que esse indivíduo destine um patrimônio suficiente para a sua organização, patrimônio esse que após sua doação não mais retornará a sua posse, pois se não for possível por qualquer razão atingir o objetivo os bens serão repassado a outra entidade com os mesmos fins ou fins parecidos. (ARAÚJO, 2006, p. 57).

1.3 Evolução das Igrejas Evangélicas no Brasil

Conforme análise dos gráficos 1 e 2 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao censo demográfico de 2000, nota-se o crescimento das Entidades Religiosas, sejam elas pentecostais, não pentecostais ou neo-pentecostais, o que em 1991 era de 9,4% e em 2000 subiu para 15,4%, num crescimento de seis pontos percentuais, com uma projeção para 24% do total de religiosos no Brasil em 2008, demonstrando assim a importância do presente assunto.

| Brasil – Denominações | População em 2000 | % do total de Evangélicos (2000) |
|----------------------------------|------------------------------|---|
| Adventista do sétimo dia | 1.142.377 | 4,4% |
| Assembléia de Deus | 8.418.140 | 32,1% |
| Batista | 3.162.691 | 12,1% |
| Congregação Cristã | 2.489.113 | 9,5% |

| | | |
|----------------------------|-------------------|---------------|
| Evangelho Quadrangular | 1.318.805 | 5,0% |
| luterana | 1.062.145 | 4,1% |
| Outras Evangélicas | 1.269.928 | 4,8% |
| Outras Pentecostais | 3.647.303 | 13,9% |
| Outras tradicionais | 591.488 | 2,3% |
| Presbiteriana | 981.064 | 3,7% |
| Universal do Reino de Deus | 2.101.887 | 8,0% |
| TOTAL | 26.184.941 | 100,0% |

Gráfico 01 BRASIL – DENOMINAÇÕES

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (*apud* ZILLNER, 2000).

| Brasil | Censo | Censo | PROJEÇÕES | | | | | | | | |
|-------------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1991 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Porcentagem | | | | | | | | | | | |
| De | 9,4% | 15,4% | 16,3% | 17,2% | 18,2% | 19,2% | 20,3% | 21,5% | 22,7% | 24,0% | 25,4% |
| Evangélicos | | | | | | | | | | | |

Gráfico 02 BRASIL – DENOMINAÇÕES

Fonte: IBGE – (*apud* ZILLNER, 2000) Censo Demográfico 2000.

Face à evolução evidenciada nos gráficos vê-se a necessidade das demonstrações contábeis nas Entidades Religiosas, da grande importância da administração eclesiástica que com certeza aumenta o interesse por essas informações.

1.4 Administração Eclesiástica

Administração é um conjunto de princípios, normas e funções destinadas a ordenar, dirigir e controlar os esforços de grupos de indivíduos para a obtenção de um resultado comum (IBADEP, 2005 p. 67).

A partir do Código Civil de 2002, somente se pode constituir fundações para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, sabendo-se que, a criação de fundações para fins religiosos se dará com o estatuto que disporá sobre a administração da fundação que será composto de, no mínimo, dois órgãos: um deliberativo e outro executivo. (BRASIL, 2005).

Ao órgão deliberativo caberá entre outras competências (CFC, 2008, 2009, p. 26): a) eleger os membros do órgão executivo da fundação; b) aprovar a previsão orçamentária anual, a ser proposta pelo órgão executivo; c) deliberar acerca da prestação

de contas e relatórios das atividades do órgão executivo; d) deliberar acerca da alienação de bens imóveis e aceitação de doação com encargos.

Ao órgão executivo compete, entre outros (CFC, 2008, 2009, p. 27): a) cumprir as diretrizes estabelecidas pelo órgão deliberativo; b) praticar a gestão dos bens patrimoniais humanos; c) propor ao órgão deliberativo previsão orçamentária anual; d) prestar contas e relatórios de atividades ao órgão deliberativo, ao ministério público e outros órgãos governamentais; e) manter em boa guarda e boa ordem todos os registros inerentes à pessoa jurídica, de natureza institucional, tributária trabalhista, contábil e etc.

Ao Ministério Público cabe ação contínua e constante em todos os momentos de decisões das fundações, seja nas alterações estatutárias, nas reuniões deliberativas, nas prestações de contas, no cumprimento das finalidades estatutárias e em geral (CFC. 2008 2009, p. 28).

1.5 A Bíblia e a Administração.

São palavras de Jesus, segundo escreveu São Lucas no seu evangelho cap. 14, ver. 28, 29, 30 acerca da providência mostrando a relevância da administração.

Pois qual de vós, querendo edificar uma torre, não se assenta primeiro a fazer as contas dos gastos, para ver se tem com que pagar?
Para que não aconteça que, depois de haver posto os alicerces e não a podendo acabar, todos os que a virem comecem a escarnecer dele, dizendo: Este homem começou a edificar e não pode acabar. (BÍBLIA SAGRADA, 1995, p.1281).

Sendo Jesus o principal líder das igrejas evangélicas cabe aos seus seguidores notarem a importância da administração e contabilidade nos seus empreendimentos.

A contabilidade eclesiástica é a gestão das contas que movimentam suas atividades desde o lançamento até a prestação de contas; como Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit, Déficit, Resultado do Exercício e de Origens e Aplicações de Recursos. E atenção especial às notas explicativas que detalha todas as informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal física e social (LIMA JÚNIOR, 2006, p. 13).

1.6 O Código Civil e as Organizações Religiosas

O Código Civil de 1916, em seu artigo 16, qualificava as Entidades Religiosas como pessoas jurídicas de direito privado denominadas sociedade pias religiosas que com o advento do Novo Código Civil de 2002 que entrou em vigor no dia 02/01/2003 classificou como “associações” as Entidades Religiosas, denominação que durou pouco tempo, pois com a publicação da Lei 10.825 de 2003 que alterou o artigo 44 do Novo Código Civil fora acrescentado o inciso IV, nomeando as Entidades Religiosas como Organizações Religiosas.

A Lei 10.825, de 2003, veio dar uma liberdade de organização interna, estruturação e funcionamento interno às Organizações Religiosas que estavam vinculadas à adequação estatutária tratadas como associações, resgatando a harmonia entre o estado laico e a igreja (FERREIRA FILHO, 2004, p. 93).

1.7 Organizações Religiosas sem Fins Lucrativos

A literatura voltada para a área contábil das entidades religiosas é escassa, Ferreira Filho (2004, p.13), diz que “há anos observa que em nosso meio existe pouco material voltado para a área contábil” e nem mesmo as NBCs tratam com exclusividade da contabilidade das Organizações Religiosas.

Segundo Ferreira Filho (2004, p. 67) o atual Código Civil define as igrejas como Organizações Religiosas sem fins lucrativos, e destaca como principal característica a inexistência de lucros.

A NBC T – 10.19.1.3 diz que entidades sem finalidade de lucros são aquelas que não destinam os resultados positivos aos detentores do patrimônio, e o lucro ou prejuízo é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit. Na mesma NBC T, no próximo item, 1.4, tem a classificação das entidades sem finalidade de lucros, entre elas, as entidades religiosas.

Como vimos no item anterior, as entidades religiosas já foram chamadas de Sociedades Pias Religiosas, classificadas como associações e em fim denominadas de Organizações Religiosas. Mas as NBCs não tratam da contabilidade exclusiva das Organizações Religiosas e como visto neste trabalho classifica como entidades sem

finalidades de lucro, o que leva por analogia que todo tratamento dado a essas entidades seja também para as Organizações Religiosas.

1.8 Das Demonstrações Contábeis

Segundo a NBC T 10.4, se aplicam às Fundações os Princípios Fundamentais de Contabilidade. As Fundações devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Déficit ou Superávit, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos que serão abordados de forma detalhada a seguir.

1.8.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial das Organizações Religiosas deve evidenciar o patrimônio que a entidade possui de forma que seus usuários possam ter o conhecimento do patrimônio e da condição financeira da entidade (NBC T 10.4.4.1). Para Marion (2006, p. 42), o Balanço Patrimonial:

É a principal demonstração contábil.
Reflete a posição Financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagarem determinada data.

Corroborando, Olak (2006, p. 71) diz que o balanço Patrimonial é uma Demonstração Contábil indispensável a qualquer tipo de organização.

Observa-se a importância dessa demonstração prática no que diz respeito à análise financeira de qualquer entidade que tenha patrimônio. Através do Balanço Patrimonial é possível conhecer a posição financeira e patrimonial em que a empresa encontra suas obrigações e direitos. A demonstração do Balanço Patrimonial é de fundamental importância para as Organizações Religiosas que também tem a obrigação com seus mantenedores possibilitando assim mais transparência em sua gestão.

1.8.2 Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

O item 3.3 da NBC T 3 alterou esta Demonstração para Demonstração do Superávit ou Déficit. Esta Demonstração deve fornecer aos usuários, ao final de um período se houve um saldo positivo ou negativo evidenciando de forma segregada, as contas de receitas e despesas quando identificáveis por tipo de atividade (CONSEHLO FEDERAL DE CONTABILIDADE, NBC T 10.4.5)

Olak (2006, p. 74) é preferível utilizar a expressão Demonstração do Superávit ou déficit ao invés de Demonstração de Resultado, por que a ênfase não é lucro ou prejuízo, e como a preocupação maior deste trabalho é com a atividade de fins religiosos, no final será evidenciado também que é um resultado.

Ainda segundo Olak (2006, p. 74), não é comum, mas possível, que as Entidades Sem Fins Lucrativos comercializem produção própria, o que não desvirtualiza os seus fins, desde que revertido para a manutenção da própria entidade.

Aqui se verifica que as organizações podem manter atividades comerciais como venda de livros ou artesanatos que geram rendimentos, e mesmo assim não desvirtualizar os fins religiosos que não são considerados lucro, mas sim superávit, desde que sejam aplicados nos fins religiosos.

1.8.3 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Esta demonstração teve sua denominação mudada para Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (DMPS) ao invés de líquido. A DMPS deve demonstrar as alterações que ocorreram no patrimônio da entidade no último período (NBCs T 3 e T 10.4.6).

A DMPLS é uma demonstração de grande utilidade, independentemente da natureza jurídica, pois explica como e porque ocorreram diversas mudanças no patrimônio líquido (OLAK, 2006, p. 76).

Além de ser de fundamental importância para as Organizações Religiosas como para quaisquer organizações, tem-se a mudança de Patrimônio Líquido para Patrimônio Social enfatizando a natureza de patrimônio público e não de particulares.

1.8.4 Demonstrações das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR)

Segundo a equipe de professores da USP, coordenada pelo professor Sérgio de FIPECAFI (2006, p. 225) há várias demonstrações de origens e aplicações, entre elas origens e aplicações de Caixa e origens e aplicações de Capital Circulante Líquido.

A Demonstração de Origens e Aplicação de Recurso não é útil só para a própria administração, mas para todos os seus interessados. Demonstra não somente a variação do Capital, mas também a sua origem. E o conhecimento desses fatos é de fundamental importância da Entidade FIPECAFI (2006, p. 225).

Recentemente tendência mundial tem-se voltado para substituir a publicação da Demonstração de Origem e Aplicação de Capital Circulante Líquido pela demonstração de Origens e Aplicação de Caixa. Essa tendência é aparentemente pelo fato de ser menos técnica e de mais fácil entendimento FIPECAFI (2006, p. 241).

Como visto, essas demonstrações são de fundamental importância e, no caso das Organizações Religiosas, melhor a Demonstração de Origens e Aplicações de Caixa, já que as contas são apresentadas aos fiéis, que na maioria provavelmente são leigos no assunto.

1.8.5 Divulgação das Demonstrações Contábeis

A NBC-T 6 normatiza a divulgação como o ato de colocar as demonstrações contábeis à disposição de seus usuários e a forma deve obedecer aos modelos e interpretações técnicas. Com objetivo de fornecer aos seus usuários um mínimo de informações patrimoniais, econômica, financeira, legal, físico e social para análise da Entidade.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 60):

As Demonstrações Contábeis preparadas para as Entidades de Interesse Social devem fornecer informações de forma regular e tempestiva; possibilitar o acesso ao usuário da informação aos objetivos, estrutura e atividades executadas pelas entidades; e possibilitar ao usuário uma apreciação das transações realizadas durante o exercício social das Entidades de Interesse Social, bem como uma posição contábil ao final do ano.

E Ferreira Filho (2004, p. 180) acrescenta que o exercício social ocorre na

data de 31 de dezembro, em decorrência da lei tributária.

Como visto, os gestores das Organizações Religiosas devem se preocupar em manter sempre bem informado os seus fiéis, para haver transparência na aplicação dos recursos pois são eles quem mantêm essas instituições e devem saber a todo o momento onde estão sendo aplicado as suas doações.

1.8.6 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas devem explicar as demonstrações contábeis de forma geral dando ênfase às principais atividades desenvolvidas pelas fundações: práticas contábeis, investimentos relevantes, origem e natureza das principais doações e recursos e detalhes de financiamento de longo prazo (CFC, NBC T 10.4.9).

As Demonstrações Contábeis têm por finalidade passar aos usuários informações financeiras, contábeis, patrimoniais que foram responsabilizadas aos gestores. Essas demonstrações têm que ser acompanhadas de notas explicativas para facilitar o entendimento do usuário quanto aos critérios adotados nas demonstrações contábeis. As notas explicativas devem evidenciar os investimentos mais relevantes, principais critérios de avaliação de patrimônio, os ajustes de exercícios anteriores e outros. (OLAK, 2006, p.79).

As Notas Explicativas são importantes para quaisquer entidades e também para as Organizações religiosas, pois é de interesse público saber onde e como foram investidas suas doações e às vezes, é preciso algo mais para que se entenda as demonstrações, já que provavelmente muitos são leigos no assunto. Como a finalidade da contabilidade é trazer informações as Notas Explicativas serve para complementar essa finalidade.

1.9 Obrigações Gerais

Independentemente da forma jurídica, todas as entidades jurídicas têm obrigações a cumprir; as Organizações Religiosas não são diferentes, mesmo se for única e exclusiva de fins religiosos como é tratada neste trabalho, também se enquadram nestas obrigações. Assim, adiante são apresentadas as principais obrigações das Entidades

Religiosas perante o Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal (SRF), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público (OLAK, p.200).

1.9.1 Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal

Estas declarações apresentadas a (SRF) Secretaria da Receita Federal são algumas das exigências feitas a todas as pessoas jurídicas sejam de fins lucrativos ou não (OLAK, Opcit, p. 200).

a) Declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ)

Para o gozo da imunidade ou isenção, anualmente as entidades tem que apresentar a Declaração de Rendimentos conforme a Lei nº 9.532/1997, art. 12 e 15, que é a DIPJ, estatuída pela IN da SRF 127/1998, é um documento exigido tanto para as empresas como para as entidades de fins lucrativos. Essa declaração é apresentada em meio magnético por meio do programa gerador do DIPJ, disponibilizado pela Secretaria da Receitas Federal (SRF), cujo prazo normalmente é anual e entregue até o último dia do mês de junho do ano subsequente (OLAK, 2006, p.201).

b) Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF)

Tanto as entidades sem fins lucrativos como outras pessoas jurídicas e físicas estão obrigadas a apresentar a DIRF à SRF, e também as que tiverem feito a retenção da (CSSL) da Cofins e da Contribuição do PIS/Pasep sobre pagamentos efetuados a outras instituições ficam obrigadas a apresentar a DIRF.

Conforme Olak (2006, p.201),

Essa declaração é disciplinada pela IN SRF 493/2005 alterada pelas INs SRF 511/2005, e537/2005, e deve ser apresentada por meio da internet mediante a utilização do programa da DIRF, disciplinado pela SRF. Em geral, esse documento deve ser entregue anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente às retenções.

Verifica-se, nesse sentido, que as entidades também estão obrigadas a fazer Declaração de Imposto Retido na Fonte, esta é uma declaração a todos imposta até mesmo ao cidadão comum, no caso pessoa física.

c) Declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF)

Essa declaração deve ser feita à Secretaria da Receita Federal relativas aos impostos e contribuições federais devidos e créditos vinculados. A DCTF deve ser entregue pelas pessoas jurídicas em geral, via meio magnético, mas estão dispensadas as entidades imunes e isentas que tiverem declaração mensal inferior a dez mil reais (OLAK, 2006, p. 202).

1.9.2 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

O Ministério do Trabalho e Emprego é o encarregado de toda relação trabalhista no país seja ela social, previdencial, cadastral em geral, para a qual quaisquer entidades jurídicas são obrigadas a fornecer informações (OLAK, 2006, p. 203) conforme os detalhes apresentados na sequência.

a) Relação anual de informações sociais (RAIS)

Tanto pessoa física como jurídica, de fins lucrativos ou não, que tenha empregados ou não estão obrigadas a entregarem a relação anual de informações sociais, instituída pelo Decreto nº 76.900/1975 (OLAK, 2006, p. 203).

b) Guia de recolhimento do FGTS e de informações à previdência social (GFIP)

Todas as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas aos recolhimentos do FGTS ou às contribuições e informações à previdência, devem apresentar esta guia, inclusive as

Entidades sem Fins Lucrativos. A periodicidade da GFIP é mensal e deve ser entregue até o dia 7 de cada mês (OLAK, 2006, p. 203).

c) Cadastro geral de empregados e desempregados (Caged)

Esses cadastros contêm todas as informações de pessoas que tenham sido admitidas, desligadas ou transferidas com contratos de trabalho regidos pela (CLT) Consolidação das Leis de Trabalho, e todas as pessoas jurídicas, inclusive as entidades sem fins lucrativos (OLAK, 2006, p. 204).

1.9.3 Ministério Público

As Organizações religiosas têm liberdade assistida como pode ser observado nos textos das leis a seguir, começando pela Constituição Federal, no art. 5, que dispõe nos incisos VI e VIII o seguinte:

Art. 5º - (...)

VI- É inviolável a liberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

(...)

VIII - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa (...)

No Brasil, os indivíduos são livres quanto a ter ou não uma religião. O constituinte deu ampla liberdade religiosa estabelecendo uma separação entre o Estado e a religião; ou seja, o Estado não adota, não participa nem interfere na religião. Isto é o Estado laico.

Para que isso fosse respeitado ficou previsto na Constituição Federal como visto no artigo 5º, incisos VI e VIII. A manifestação do constituinte deu liberdade religiosa e como versa o artigo 19, inciso I, sobre a imposição de limites à União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relação de

dependência ou aliança, ressalvado na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Mas a Constituição Federal no art. 5º, inciso XXXV, diz que a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça ao direito. Isso porque se vive em um Estado de direito onde o poder público também responde judicialmente como qualquer organização no território nacional. Nesse sentido Ferreira Filho (2004, p. 97), afirma que:

Art. 5º - (...)

XXXV - Deve-se ter em mente que a liberdade religiosa se subsume ao arcabouço jurídico, no que tange aos direitos e liberdades individuais amparados pelas cláusulas pétreas da Constituição, bem como a toda a legislação extravagante que destas matérias constitucionais regulamentarem.

Cabe então a alguém cuidar dessas organizações, o que pelo Novo Código Civil (2003, art. 66) atribui-se ao Ministério Público velar pelas fundações.

Segundo Olak (2006, p, 205) cabe ao Ministério Público atuar em três momentos: na fundação, durante a existência, fiscalizando, e analisando a prestação de contas anual. Esta última é a que mais interessa neste trabalho.

1.9.4 Obrigação Específica

Segundo Ferreira Filho (2004, p. 126), o Novo Código Civil estabelece como competência, entre outras, privativas das assembléias gerais a aprovação das contas, que devem por sua vez ser acompanhadas pelo Ministério Público, cujo dever é velar pelas fundações.

Ainda segundo Ferreira Filho (2004, P. 98)

Por outro lado, a lei 10.825 não permite que os administradores das igrejas se eximam, por exemplo, de fazer a prestação ao corpo de membros. Tal proceder implica abuso de direito e de poder, reprovado pela lei. Nestas hipóteses, poderemos estar diante de situações desconfortáveis cuja solução poderá chegar a discussões judiciais.

Com a consagração do Novo Código Civil os administradores dessas entidades podem responder com seus bens particulares no caso de desvio de finalidade ou confusão patrimonial para pagamento de dívidas dessas entidades. (FERREIRA FILHO, 2004, p. 129).

O Código Civil em seu art. 69, diz que: “Tornando-se ilícita, impossível ou inútil à finalidade a que visa a fundação, o Ministério Público ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção”.

Diante das referências entende-se que os dirigentes têm que prestar contas anualmente à Assembléia Geral, e que deve ser acompanhada pelo órgão do Ministério Público e, se não for prestada, pelos dirigentes nem o Ministério Público se manifestar, cabe ação fundamental de mandado de segurança ao Ministério Público para obrigá-lo a fazer o que lhe é incumbido por lei ou a extinção da entidade por qualquer interessado perante o judiciário.

1.9.5 Procedimentos Contábeis Eclesiásticos

Conforme Olak (2006, p. 41) é impossível admitir que uma organização tenha apenas escrituração de receitas e despesas, seja ela com ou sem fins lucrativos, públicas ou privadas, pequenas ou grandes, tem que ter contabilidade. O novo Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 14 estabelece como condição para imunidade que a entidade não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado e, que apliquem integralmente no país o seu recurso na manutenção dos seus objetivos institucionais. Desse modo fica óbvia a necessidade da contabilidade e da prestação de contas ao Estado e gerenciamento interno. Olak (opcit, p. 41) ainda aponta a Resolução nº 563, de 28 de outubro de 1983, que estabelece a escrituração em idioma e moedas correntes nacionais, em forma contábil, em ordem cronológica de dias, mês e anos, com ausências de espaços em brancos, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens, com base em documentos de origem externa ou interna, ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos, da mesma forma que ocorre com as demais entidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou as principais Obrigações Contábeis a que as igrejas estão obrigadas, dentre elas, a de prestar contas.

O tema desenvolvido foi motivado do entendimento e do que se ouve pelos bastidores das avenidas e ruas, pátios e corredores das universidades ou em qualquer lugar que tem uma discussão sobre religião, quando pessoas mostram-se inseguras quanto à seriedade dos gestores dessas entidades em aplicar os recursos naquilo em que elas acreditam e tem sua fé alicerçada.

Então para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado fez-se necessário buscar argumentos teóricos como conceitos sobre terceiro setor, onde as Organizações Religiosas estão inseridas e uma sucinta apresentação das Demonstrações Contábeis obrigatórias a tais entidades.

Verificou-se que as Organizações Religiosas são compostas por dois órgãos; um executivo e outro deliberativo e que o órgão executivo presta contas ao órgão deliberativo, cabendo ao Ministério Público, seu principal órgão fiscalizador, velar pela transparência e autenticidade de todos os seus atos.

Mostrou-se também que as Organizações Religiosas não estão à margem do arcabouço jurídico, tendo obrigações contábeis, dentre outras estabelecidas por lei.

Cabe ao Ministério Público de cada estado, fiscalizar as ações das Entidades Religiosas das referidas normas.

Esclareceu-se ainda que os gestores de qualquer entidade sem fins lucrativos responderão com os seus próprios bens, caso algum desvio de finalidade do patrimônio das organizações aqui estudadas sejam comprovadas, o que fica como observação aos gestores das Organizações Religiosas quanto à importância da transparência na gestão das Entidades tanto em prol dos fiéis quanto para as pessoas que têm interesse nelas para tomada de decisão.

E para aqueles que têm interesse nessa área, sugere-se o aprofundamento da pesquisa junto aos gestores das Organizações Religiosas para saber se eles têm conhecimentos dessas obrigações e se estão atendendo às normas do Conselho Federal de Contabilidade e respeitando os princípios Contábeis existentes. Ou ainda, sugere-se a realização de uma pesquisa junto aos fiéis das Denominações Evangélicas para saber se eles têm conhecimento sobre essa obrigatoriedade que lhes possibilita a fiscalização dos recursos destinados às Entidades de fins religiosos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. Constituição (1998) **Constituição da República do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- _____. **Código Civil Novo código civil**: exposição de motivos e texto sancionado. 2. ed. atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e corrigida. Ed. 1995 Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis e prestações de contas das entidades de interesse social** 2. ed. reimpr. Brasília: CFC, 2008.
- FIPECAFI, coordenação Sérgio de Iudícibus; **Contabilidade introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas , 2006.
- FERREIRA FILHO, Antônio. **O direito Aplicado às Igrejas**. Rio de Janeiro: Editora Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2004.
- IBADEP, Instituto Bíblico das igrejas Assembléias de Deus no Estado do Paraná – administração e liderança 4. ed. abril de 2005.
- LIMA JÚNIOR, Jessé Azevedo. **Práticas Contábeis, Administrativas e Financeiras adotadas nas Entidades Religiosas**. (TCC) UNIR Campus de Cacoal, 2006.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: Atlas, 2006.
- PEYON, Luiz Francisco. **Gestão contábil para o terceiro setor**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.
- ZILLNER, Eunice. **Censo Demográfico. IBGE 2000**. Disponível em: <http://www.mai.org.br/tabelas/diversos/brasil_denominacoes.html>. Acesso em 30/10/2008.